

PROJETO DE TRABALHO SOCIAL (PTS)



BEIRA RIO 2



IDENTIFICAÇÃO:

Proponente/Agente Executor:		Prefeitura Municipal de São Vicente - PMSV	
Executor da intervenção:		Secretário de Habitação – Emerson Santos	
Contrato CAIXA lote 10 nº:	0354.841-43	Contrato CAIXA lote 14 nº:	0434.926-65
Contrato CAIXA lote 11 nº:	0434.920-09	Contrato CAIXA lote 15 nº:	0434.930-24
Contrato CAIXA lote 12 nº:	0434.924-45	Contrato CAIXA lote 16 nº:	0434.931-38
Contrato CAIXA lote 13 nº:	0434.925-51	Contrato CAIXA lote 17 nº:	0434.960-92
Fonte de recursos:	PAC/MCMV	Município:	São Vicente
Empreendimento:	Construção de 1120 unidades habitacionais		
Telefones	3569-2215 / 3569-2350		
E-mail:	mcmv.sehabsv@saovicente.sp.gov		
Áreas de Realocação		Famílias Beneficiárias	
Demanda Vinculada	Bairro Jóquei Clube Núcleo Dique Sambaiatuba Setores Caminho das Índias/Bugre	580	
Demanda Aberta (Sorteio)	Todo o Município de São Vicente	320	
Demanda Aberta (Indicada)		220	
Área da Construção		Bairro Tancredo Neves	



JUSTIFICATIVA

Este documento apresenta a proposta para o desenvolvimento do Projeto de Urbanização Integrada dos Diques, Beira Rio 2 - Sambaiatuba. Estas áreas reúnem todas as características típicas de favela, ou seja, ocupação predominantemente habitacional, com população de baixa renda, infraestrutura precária, bem como os serviços públicos clandestinos.

Este projeto prevê a implantação de drenagem para águas pluviais, construção de unidades habitacionais, visando atender famílias residentes em áreas de palafitas, áreas de proteção ambiental e de risco. Visa também à implantação das redes de água e esgoto sanitários, equipamentos comunitários, espaços de lazer e esportes e áreas verdes, bem como a regularização fundiária. Das áreas selecionadas para a realização do projeto de urbanização, apresentamos o Dique Sambaiatuba - Beira Rio II, áreas com características de favela, conforme descrição acima citada.

A área Beira Rio II é composta pelos núcleos: Sambaiatuba, Caminho das índias, Bugre e Penedo, formam juntamente com a Área em urbanização do Dique do Sambaiatuba uma grande área de precariedade habitacional bem no centro da ilha de São Vicente e nas divisas com os Municípios de Santos e Cubatão.

Apresentamos a seguir dados do projeto de urbanização elaborado pela Equipe municipal, que contém histórico da questão habitacional do país, característica do Município, da área Beira Rio 2, bem como a proposta do Trabalho Social, dividido por eixos de atuação, MOFS, AGSI, EAP e DeS.

O desenvolvimento de um projeto deste porte causa um grande impacto na comunidade, principalmente por ser uma área de invasão ocorrida há mais de 40 anos. São pessoas que vivem à margem da sociedade, lutando por uma vida mais digna.

A equipe social através dos eixos bases de atuação vem em busca da transformação desta realidade, tentando transmitir a estas famílias um pouco de esperança para uma vida melhor. A formação do vínculo entre as partes é o ponto fundamental para que o trabalho seja realizado com êxito.



O que podemos constatar após o desenvolvimento das outras etapas é que uma obra desta natureza, complexa, em um Município com limitações, exige das Equipes Técnicas e Moradores Beneficiários, compreensão, vontade de transformação e tolerância até o alcance total das mudanças propostas.

As áreas degradadas e a Questão Habitacional

Em 1996, quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat II, em Istambul, foi aprovado a Agenda Habitat, por representantes de vários países, entre eles o Brasil. Esta Agenda resume os compromissos assumidos pelos governos nacionais e seus parceiros para melhorar as condições de vida e desenvolvimento sustentável das cidades.

Dados divulgados durante a Conferência revelam que 45% da população mundial (2,6 bilhões de pessoas) vivem em centros urbanos e que:

- 250 milhões não têm água tratada;
- 450 milhões não têm acesso a esgoto;
- 500 milhões não têm moradia;
- 600 milhões vivem em condições de risco.

O direito à habitação adequada enquanto direito humano fundamental, está assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Cerca de 01 bilhão de pessoas moram em habitações que não atendem aos requisitos mínimos de habitabilidade e 100 milhões não tem sequer onde morar, vivendo nas ruas.

O Brasil acompanhou nas últimas décadas a tendência mundial de crescimento acelerado da população urbana e a deterioração das condições de vida dessa população, particularmente da população de baixa renda.

Estudos desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Políticos e Habitacionais – Brasília, com base no censo de 2000, estimou para 2003 a necessidade de 4 milhões de novas unidades habitacionais urbanas no país e 1,6 milhões na área rural. Cerca de 55% dessas unidades habitacionais situa-se no grupo de famílias com rendimentos de até 02 salários mínimos e quase 30% na faixa de rendimentos de 02 a 05 salários mínimos. Isso



significa que 3,4 milhões de moradias, que representam 85% do déficit total, são demandadas por famílias com renda mensal de até 05 salários mínimos.

O que se observa, é que a questão habitacional constitui-se hoje, em um dos principais problemas urbanos, relacionados diretamente com o modelo de desenvolvimento adotado pelo país, que traz em si a marca da exclusão social.

O modelo de desenvolvimento ao privilegiar o crescimento econômico e se atrelar às regras mundiais de modernização, tem trazido como consequência problemas sociais.

A crise da habitação aparece assim, como produto da pobreza urbana e é hoje reflexo do intenso processo de urbanização e do fato de que grandes faixas populacionais urbanas não possuem meios para participar do mercado imobiliário formal. Essa exclusão é vivenciada, por um lado, pela concentração de renda existente no país, considerando umas das mais elevadas do mundo, e, por outro lado, pela elevação permanente dos custos do solo urbano devido à aceleração do processo de crescimento desordenado.

Estas causas estão relacionadas a um conjunto de fatores que dificultam ainda mais o acesso das famílias de baixa renda à moradia adequada:

- Falta de terrenos adequados, em função de centros urbanos muito adensados;
- Custos e qualidade dos materiais de construção;
- Inexistência ou retração das políticas públicas voltadas para a habitação.

No bojo do processo de urbanização ocorre o crescimento desenfreado de algumas metrópoles regionais e nestas, a multiplicação de formas de habitações subnormais ou informais.

As áreas degradadas caracterizam-se por apresentarem unidades domiciliares construídas com madeira, zinco, lata, papelão ou mesmo alvenaria sem acabamento, distribuída desordenadamente em terrenos cuja propriedade do lote não é legalizada. Na maioria das vezes, ocupam áreas com declividades acentuadas ou inundáveis e/ou destinadas ao uso institucional, como praças, áreas verdes e futuros equipamentos comunitários.

A precariedade das condições de moradia é caracterizada por grande adensamento e desordenamento espacial; aproveitamento extensivo dos lotes; precariedade dos acessos; aproveitamento de aterros impróprios; falta de condições de saneamento, de água, de esgoto, de drenagem e de coleta de lixo.



Estas áreas constituem-se em um ambiente urbano degradado que contribui para a precariedade da saúde da família, da comunidade e do entorno. No entanto, é também referência de lugar de repouso, do lazer, das relações familiares e das relações sujeito/comunidade.

Cidade de São Vicente e o Espaço Urbano

São Vicente localiza-se na Baixada Santista a uma distância de 52 km da Capital de São Paulo. Integra uma complexa região socioeconômica, dividindo a Ilha de São Vicente com Santos, limitando-se ao norte e noroeste com Cubatão, São Bernardo do Campo e São Paulo. Sua extensão e forma fazem-no ainda limitar ao sul e sudoeste com Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém, sendo banhado ao sul e sudeste pelo Oceano Atlântico.

A região da Baixada Santista é ligada à Grande São Paulo por rodovia através do Sistema Anchieta - Imigrantes. A Rodovia dos Imigrantes atinge o Município, cruzando a área da ilha urbana e seguindo em direção à Praia Grande pela transposição do Canal dos Barreiros através da ponte do Mar Pequeno. Em direção ao Litoral Sul, partindo da Rodovia dos Imigrantes, tem-se a rodovia Padre Manoel da Nóbrega, que corta toda a porção Continental do Município entre a Serra do Mar e a planície de Samaritá. O Município é cortado de leste a oeste na ilha e na parte continental pelas linhas da Ferrovia Paulista (FEPASA), que em direção a oeste, interliga São Vicente com Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe; em direção a leste com Santos e em direção ao norte, chega ao planalto paulistano, ao sul da Grande São Paulo, em Embu-Guaçu.

Domicílios

A população do município de São Vicente, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, são 332.445 habitantes, divididos em 159.664 homens (48,02%) e 172.781 mulheres (51,98%). O município possui 123.165 domicílios, tendo, portanto, uma taxa média de 2,69 habitantes por domicílio.

Populações Flutuantes

Um aspecto peculiar e relevante no município é o aumento periódico e sazonal de sua população residente em época de férias e feriados prolongados. A constatação acima, de



15.853 domicílios de uso ocasional, é significativa. Pode-se inferir que em períodos de máxima utilização, soma-se à população residente, um contingente de no mínimo 60 mil pessoas, ou seja, um acréscimo populacional da ordem de 20 a 25%, concentrado em áreas próximas à orla, sobrecarregando, nessas épocas, a capacidade da infraestrutura instalada e de prestação de serviços da cidade.

Caracterização Econômica

Estruturação Econômica Regional – Pós 1950

O desenvolvimento econômico da Baixada Santista ganhou vigoroso impulso com a implantação da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, entre os anos de 1953 e 1954. Iniciou-se assim importante ciclo para a economia regional, com o fornecimento de matérias primas para uma série de indústrias e o decorrente processo de industrialização.

A década de 60 foi decisiva para a consolidação econômica da região, pelo início do funcionamento da COSIPA (Companhia Siderúrgica Paulista) em 1963, e de novas e importantes indústrias químicas. A estruturação de um segmento petroquímico especializado, além do complexo portuário existente, contribuiu para o desenvolvimento do setor terciário na região, que abrange as atividades ligadas à prestação de serviços: comércio, transportes, comunicações, atividades liberais, funcionalismo público, educação e outras e a intensificação do transporte rodoviário.

A consolidação da indústria automobilística trouxe desdobramentos significativos na região: consolida-se o acesso ao litoral, seja aos segmentos mais populares (através do transporte coletivo) ou às classes média e alta (pelo automóvel particular), incrementando-se a tendência ao desenvolvimento do lazer e turismo na área. A intensificação da atividade turística amplia a demanda por bens e serviços em Santos e em São Vicente, municípios que sofrem acentuado processo de expansão urbana, resultado, em parte, da especulação imobiliária observada nas décadas de 60 e 70.

Com a expansão do setor químico e metalúrgico em Cubatão, a partir dos anos 70, surgiu uma nova fase no incremento das atividades econômicas da Baixada Santista com impactos significativos na configuração urbana da região.



As décadas de 70, 80 e 90 constituem para a região da Baixada Santista um processo de consolidação das antigas funções, representadas pelas atividades portuárias de Santos e pelas atividades de estâncias balneárias do conjunto das cidades, além daquela mais recente, de pólo industrial comandada pela indústria de base em Cubatão.

A região Metropolitana de Santos apresenta um perfil de vocação econômica apoiado nos setores secundário (indústrias de transformação, a construção civil e a extração mineral) e terciário (atividades ligadas à prestação de serviços: comércio, transportes, comunicações, atividades liberais, funcionalismo público, educação e outras). Especialmente na década de 70, apresenta um processo de transbordamento de urbanização em Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá, apresentando um crescimento superior ao do Estado. Esse impacto urbanístico acarreta uma série de limitações e insuficiências na configuração do espaço físico, além de apresentarem degradação no patamar de condições de vida da grande maioria da população residente nas áreas mais insalubres, tais como os morros e as encostas da Serra do Mar (Cubatão), áreas de mangue (Santos, São Vicente, Guarujá) e áreas sujeitas à ação das marés (Santos e São Vicente).

Diante do intenso processo de industrialização e urbanização que caracterizou a Baixada Santista nas últimas décadas, o município de São Vicente sempre cumpriu papel e funções auxiliares, seja como locus de acomodação da expansão residencial determinada pelo desenvolvimento das atividades portuárias e industriais, seja pelas atividades comerciais e de prestação de serviços e até mesmo quanto às de turismo e lazer.

Santos fora marcada sempre como o principal polo econômico da região, comercial e turístico, a despeito do suporte industrial proporcionado por Cubatão. Guarujá apresenta sua condição de estância balneária regional bastante consolidada, embora apresente as consequências urbano-sociais do processo acelerado de urbanização das últimas décadas e Praia Grande tem acomodado o processo de expansão periférica e procurando manter as características e funções de turismo e lazer regional.

Nesse quadro, a caracterização econômica de São Vicente apresenta os seguintes aspectos determinantes:

- Não registrou, no contexto da industrialização regional, uma implantação industrial significativa. O município de São Vicente abrigava em 1990, apenas 9,84% do pessoal

ocupado na soma dos setores industrial, comercial e de serviços, contra 55,71% de Santos e 18,25% de Cubatão. Nesse aspecto equipara-se a Guarujá à que comportava 10,97%. O menor dinamismo econômico fica evidente ao computar apenas 6,4% do total do pessoal ocupado na indústria, em 1990, contra 57,2% em Cubatão e 26,5% em Santos.

Município de São Vicente, distribuição de empresas conforme o setor de atuação – 2001

Setores	Empresas	%
Primário	3	0,04%
Secundário	495	6,95%
Terciário	6627	93,01%
Total	7125	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – 2001

- Na estrutura municipal, a composição da ocupação econômica revelava em 2002 uma predominância de estabelecimentos comerciais (46,3%), de serviços (38,0%) e de outros tipos (8,5%).
- O comércio local sofre forte concorrência do moderno comércio de Santos, voltando-se em geral, à população local e à parcela da população de Praia Grande.
- Embora desfrutando de uma orla atrativa e de uma grande capacidade para o turismo ecológico, a cidade não desenvolveu toda a sua potencialidade turística, ora pela concorrência com o turismo santista (praias, cinemas, teatros) ora pela falta de divulgação e investimentos no próprio ecoturismo. Ainda, há poucos hotéis, sobretudo de melhor padrão e o relativamente elevado número de pensões revela as características do lazer e turismo praticados.

Desenvolvimento Humano

O IDH representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a longevidade da população expressa pela esperança de vida ao nascer; educação medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino: fundamental, médio e superior e finalmente a renda; medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para

torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

O índice se situa entre os valores de zero e 1, e é considerado baixo quando for menor que 0,5, médio quando estiver entre 0,5 e 0,8, e alto quando for superior a 0,8. O IDH-M é um indicador de concepção semelhante à do IDH, sendo baseadas nas mesmas três dimensões. As diferenças referem-se a detalhes na apuração dos dados sobre educação e renda média. A seguir, apresentamos um quadro do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH dos Municípios da Baixada Santista, onde Santos figura em 3º lugar no Estado de São Paulo e São Vicente, em 121º lugar.

Município	IDH - Municipal	Ranking Estado
Santos	0,840	003
São Vicente	0,768	121
Mongaguá	0,754	199
Praia Grande	0,754	199
Guarujá	0,751	219
Peruíbe	0,749	236
Itanhaém	0,745	265
Cubatão	0,737	330
Bertioga	0,730	388
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil		

A análise pormenorizada do IDH-M entre os municípios da região de Santos aponta para especificidades em relação a São Vicente. Em primeiro lugar, logo após Santos, São Vicente revela o segundo melhor IDH, representado também no subíndices de educação, somente ficando em primeiro lugar na região no índice de longevidade. Por outro lado, a taxa de frequência à escola da população em idade escolar é baixa, em comparação a Santos, Cubatão, Mongaguá e Peruíbe. Em segundo lugar, apresenta uma renda média abaixo de Santos, mas ficando em terceiro lugar no índice entre as cidades da baixada santista. Por último, a taxa de alfabetização revela também uma defasagem razoável em relação aos demais municípios, levando em consideração que somente duas cidades ficaram acima dos 95% (Santos e Praia Grande).

Municípios da Microrregião Santos - São Paulo – São Vicente em destaque

Município	IDH – Municipal		IDH – Renda		IDH – Longevidade		IDH – Educação		Taxa de Freq. Escola (%)		Taxa de Alfabetizaç ão	
Santos	0,840	1	0,861	1	0,852	3	0,807	1	92,78	1	97,47	1
São Vicente	0,768	2	0,738	3	0,857	1	0,716	2	90,91	5	94,92	3
Mongaguá	0,754	3	0,719	7	0,854	2	0,699	4	91,97	3	94,50	4
Praia Grande	0,754	3	0,744	2	0,834	4	0,692	5	90,55	7	95,06	2
Guarujá	0,751	5	0,729	5	0,854	2	0,679	7	89,33	8	93,75	5
Peruíbe	0,749	6	0,730	4	0,854	2	0,675	8	91,34	4	92,80	9
Itanhaém	0,745	7	0,716	8	0,823	5	0,701	3	90,58	6	92,97	8
Cubatão	0,737	8	0,716	8	0,821	6	0,681	6	92,46	2	93,37	6
Bertioga	0,730	9	0,727	6	0,817	7	0,654	9	88,03	9	93,22	7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Função Urbana e Renda

Não obstante a tendência recente acima detectada, o papel de São Vicente no contexto do desenvolvimento e estruturação regional, embora significativo, é sempre auxiliar e complementar.

A função cidade-dormitório, embora constitua um segundo aspecto de sua característica (a primeira sendo, sem dúvida, a turística), ainda marca profundamente a sua inserção no quadro da dinâmica socioeconômica da região metropolitana da Baixada.

Abriga uma população, em sua maioria, de extratos de renda baixos, conforme evidenciado pelo IDH-M Renda e pela tabela abaixo, extraída do Censo Demográfico 2010.

Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal (Salários Mínimos - SM) - Município de São Vicente		
Classes de rendimento nominal mensal	Domicílios	Percentual
Sem rendimento	3.897	3,83
Até 1/2 SM	991	0,98
Mais de 1/2 a 1 SM	5.931	5,83
Mais de 1 a 2 SM	16.499	16,23
Mais de 2 a 5 SM	42.590	41,89
Mais de 5 a 10 SM	22.750	22,38
Mais de 10 a 20 SM	7.291	7,17
Mais de 20 SM	1.720	1,69
Total	101.671	100%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 2010



A condição de pobreza e miséria das famílias é evidenciada pelo expressivo número de responsáveis com classe de rendimento até 2 salários mínimos, 26,87% ou 27.318 pessoas, ou seja, um quarto de todos os núcleos familiares encontram-se nessa situação.

Dessa maneira, a pequena tendência ao desenvolvimento e polarização do setor de comércio e de serviços, fica condicionada a reversão desse quadro estrutural de pobreza. Decorre daí a importância de ações concatenadas do Poder Público visando, de um lado, o estímulo ao crescimento e consolidação das atividades comerciais e de serviços, e de outro, o estímulo ao desenvolvimento das enormes potencialidades turísticas do Município.

Intervenções físicas, fundiárias e sociais

As áreas selecionadas para implantação do projeto formam uma grande área de precariedade habitacional bem no centro da ilha de São Vicente e nas divisas com os Municípios de Santos e Cubatão, reúnem todas as características de favela, suas ocupações são predominantemente habitacionais, feita por população de baixa renda com precariedade de infraestrutura e serviços públicos, com vias estreitas e alinhamento irregular, lotes de forma e tamanhos irregulares com construções não licenciadas e em desconformidade com os padrões legais.

Estas áreas foram caracterizadas no Plano Estratégico de Assentamentos Subnormais como o segundo conglomerado nessas condições a ser contemplado com projetos integrados e multidisciplinares para a solução total dos problemas da área e sua transformação num bairro normal da cidade, transformando seus moradores em cidadãos participativos na vida do município.

Este projeto será realizado em três etapas, a primeira etapa sendo a de infraestrutura do Conjunto Residencial Tancredo Neves III com implantação de sistema viário, implantação de infraestrutura, abastecimento de água, sistema de coleta de esgoto, drenagem e o remanejamento de 580 famílias da área Beira Rio 2 e 540 famílias de toda a municipalidade, e a construção de Equipamentos Sociais, conforme compromisso afirmado entre a Prefeitura Municipal de São Vicente e Prefeitura Municipal de Santos; a segunda etapa Investigação Confirmatória e a terceira etapa prevê a implementação de infraestrutura, construção de 832 unidades habitacionais fragmentadas em condomínios, in loco, sendo que ocorrerá a



consolidação de construções em áreas que serão urbanizadas (Projeto de Regularização Fundiária) e projeto de Recuperação Ambiental (recuperação de mangue).

A Intervenção Social pressupõe em todo seu desencadeamento de ações, alguns conceitos referenciais, sobretudo quanto à participação comunitária e o planejamento estratégico:

- A participação é um processo segundo o qual os atores envolvidos, direta ou indiretamente afetados pelas ações do projeto, influenciam e compartilham da construção do consenso, da tomada de decisões e da aplicação dos recursos do projeto. Os atores envolvidos devem ser agentes de mudanças no processo de desenvolvimento e não meros espectadores do processo.
- É um processo delicado que deve ser conduzido com muito critério para que os envolvidos não se tornem meros espectadores e, a participação não se torne apenas um meio dentro do processo, mas que seja um fim em si mesmo.
- A participação de uma comunidade ou outro grupo interessado num projeto de desenvolvimento não ocorre de forma espontânea. Ela tem que ser promovida e estimulada durante todo o processo. Além disto, ela deve ser monitorada e seus efeitos devem ser periodicamente avaliados.
- Os grupos são mais eficazes no processo participativo quando conhecem os temas em debate e os meios adequados para conseguir seus objetivos.
- Os grupos organizados devem ser conscientes da correspondência entre os objetivos que perseguem e a eficácia do mecanismo de participação para consegui-lo.
- A coerência interna dos grupos é um processo a ser construído em torno do reconhecimento de objetivos comuns, bem como da definição coletiva da solução para seus problemas.
- O envolvimento dos interessados em todas as etapas do desenvolvimento de um projeto reforça: a transparência do processo, a consistência do planejamento, a clareza dos objetivos, a integração dos atores, a probabilidade de êxito, a sustentabilidade dos efeitos, entre outras.



Tudo isso implica na necessidade de planejar o processo de participação. O que se pretende com esse planejamento é, em primeiro lugar, montar uma estratégia de ação e, em seguida, definir os mecanismos a serem adotados. Este é um dos objetivos centrais deste Projeto de Intervenção Social. O Planejamento Estratégico é, portanto, a exploração das condições favoráveis em cada etapa de atividade com o fim de alcançar cada objetivo específico proposto.

O conjunto de informações processadas a partir das pesquisas socioeconômicas e cadastros somam-se à análise situacional trazendo os aspectos socioeconômicos, sejam problemas ou potencialidades, e permite focalizá-los. O Projeto de Participação Comunitária apresenta o viés estratégico da participação, com seus mecanismos e ações e seus aspectos operacionais detalhados.

Devido à ausência, durante muito tempo de políticas públicas dirigidas às áreas de assentamentos precários e de normas reguladoras do espaço urbano, as ocupações desordenadas em São Vicente foram nascendo e crescendo com a ocupação das áreas disponíveis, geralmente às margens de mangues, de rios ou em encostas.

Este quadro, aliado à carência de investimentos públicos, resultou num déficit habitacional qualitativo da ordem de 137 mil pessoas morando em inumanas e arriscadas condições de habitabilidade.

Tal processo de ocupação ocorreu em ondas sucessivas: primeiro em função do desenvolvimento das atividades portuárias (Santos); depois com a expansão do setor de serviços, vinculados a demanda por áreas de lazer e turismo da população do planalto; e, finalmente, pela implantação do polo industrial de Cubatão, instalado para atender às necessidades de insumos industriais da economia do Estado e de toda a região sudeste.

Estes fatores originaram um complexo de comércio e serviços, fazendo da Ilha de São Vicente um polo regional nessa área. Essa dinâmica se refletiu na área da habitação, sendo a expansão da população muito mais rápida do que a capacidade do poder público de prover alternativas legais de moradia.

Estima-se que, aproximadamente, 75 mil pessoas vivem em núcleos favelados, 22 mil em loteamentos irregulares e outras 40 mil em loteamentos clandestinos. Os levantamentos



efetuados indicam a existência de 17 núcleos de favelas, 3 loteamentos clandestinos e 8 loteamentos irregulares.

O enfrentamento desta crise em São Vicente é dificultado pela escassez de terras disponíveis para a implantação de projetos habitacionais dada a grande concentração populacional na ilha, onde se desenvolvem todas as atividades de caráter produtivo, geradoras de emprego e renda. Daí a necessidade de esgotar as possibilidades de atendimento habitacional nestes limites territoriais.

Uma significativa parcela dos núcleos favelados está localizada ao longo dos córregos e canais que cortam o município. Como a maior parte dos assentamentos está situado em áreas sujeitas a inundações, a precariedade do sítio onde estão implantados faz com que as moradias assumam, em sua maioria, um caráter provisório, ou seja, as construções apresentam uma baixa qualidade construtiva e um alto índice de adensamento, mesmo quando as ocupações tenham acontecido há mais de duas décadas.

O Bairro Jóquei Clube é um dos bairros mais antigos e populosos do município de São Vicente. Leva este nome porque lá existe um antigo complexo para a prática do turfe, que, no passado, abrigaram grandes e glamorosas corridas de cavalos, sendo sua pista conhecida como a melhor do País em terra, servindo, mesmo hoje, para o treinamento e a recuperação de cavalos de corrida. Este bairro passou por diversas transformações e impactos; seus cursos d'água foram retificados, e diques foram criados pelo DNOS em meados do século XX. Instalou-se neste bairro um depósito de lixo, o "Lixão", que por dezenas de anos sacrificou a população e os ecossistemas local e regional.

As áreas das favelas formam uma grande área de precariedade habitacional bem no centro da ilha de São Vicente e nas divisas com os municípios de Santos e Cubatão. Essas áreas selecionadas apresentam ocupações predominantemente habitacionais, feitas por população de baixa renda, com precariedade de infraestrutura e serviços públicos, com vias estreitas e alinhamento irregular, lotes de forma e tamanhos irregulares, com construções não licenciadas e em desconformidade com os padrões legais.

O Projeto Beira Rio II se situa no Dique do Sambaiatuba e compreende as áreas abaixo relacionadas e descritas:

Área Sambaiatuba - Começa na Avenida Sambaiatuba, junto da comporta próxima a Avenida Penedo (ferro velho), daí seguindo até a Rua de acesso ao Parque Ecológico do Sambaiatuba, seguindo, então, junto à divisa do Parque até encontrar-se com a divisa da área denominada Rio do Bugre, e segue por esta até encontrar-se com o ponto de origem (ferro velho).



As edificações assentadas nesta área mantêm também cuidadoso alinhamento de testadas, o que permitindo o tráfego de veículos de serviços urbanos básicos, tais como coleta de lixo, socorro médico, entrega de gás. Desta via principal ramificam-se as vielas e corredores que dão acesso às casas de alvenaria e casas de madeira.

As construções existentes nesta área são 100% construídas em terreno seco. O uso dos imóveis é, predominantemente, residencial, com algumas unidades de uso misto. Em relação ao material construtivo a grande maioria dos imóveis é construída em alvenaria, encontrando-se ainda madeira e material tipo misto.

Área Bugre/Caminho das Índias - Começa na via de acesso entre a comporta da Avenida Sambaiatuba, próxima à Avenida Penedo e o Ferro velho, seguindo a sinuosidade do Rio do Bugre, que faz divisa com o município de Santos, até encontrar-se com o Parque Ecológico do Sambaiatuba, seguindo junto à divisa do Parque até encontrar-se com a divisa da área denominada Lixão, seguindo daí nesta divisa até encontrar-se com o início (via). As edificações assentadas nesta área têm seu acesso restrito à entrada da mesma, ramificando-se em vielas e trapiches para dar acesso às casas em solo seco e às palafitas. Nesta área não se tem acesso para veículos de serviços e socorro.



As construções existentes nesta área são na sua grande maioria em área alagadiça e em forma de palafitas. O uso dos imóveis é predominantemente residencial. O uso misto e comercial apresenta índices insignificantes.

Área Penedo - Área inserida no projeto Beira Rio II. A área é composta por residências, em sua maioria construída em alvenaria e sobre solo seco. A descrição desta Área inicia-se ao lado da Comporta que faz divisa com a área do Sambaiatuba e Bugre, segue contornando a margem do rio do Bugre pelo fundo das casas até encontrar com a Divisa com o município de Santos junto a comporta deflete a direita e segue pelo alinhamento da Av. Penedo em frente à estação Buster da SABESP até encontrar com a Av. Sambaiatuba, até encontrar com o ponto inicial.

Aspectos Sócios Organizativos

Características da Organização Comunitária e Conquistas Sociais

A organização comunitária do bairro não difere significativamente de outras áreas similares: tem uma entidade comunitária pouco ativa, e a população tem vínculos de participação em atividades mobilizadas por outras entidades tanto comunitárias, como religiosas e assistenciais.

As entidades com presença na área atuam tanto no Dique do Sambaiatuba e nas seis áreas em questão, como atendem às famílias residentes no lado oposto da favela, os residentes na cidade legal.



Não existe uma entidade de base própria em qualquer das ocupações irregulares. O mesmo se dá com a base assistencial, que também é feita por entidades que atuam nas favelas e no entorno delas.

As organizações comunitárias existentes, compreendidas tanto por aquelas que tem localização dentro das áreas para urbanização, como pelas que absorvem demanda desta e de outro bairro, com é o caso da Sociedade de Melhoramentos Vila Jockey II, ambas não representam a população, embora se esforcem para tal.

Associação de Moradores Vila Jockey

A Associação de Moradores da Vila Jockey é a entidade mais antiga reconhecida pelos moradores e promoveu mudanças no quadro diretivo conforme previsão estatutária. A diretoria da Associação de Moradores da Vila Jockey é composta por 08 membros, e participam habitualmente de reuniões sempre que convocados embora não as realizem periodicamente. Seus membros são eleitos através de eleições que ocorrem a cada dois anos.

A entidade recebe apoio financeiro somente da Prefeitura Municipal de São Vicente e de nenhuma outra organização, doações de seus diretores e mensalidades de seus associados ou cursos.

O índice de participação é considerado baixo, entretanto, parece tratar-se mais uma resposta da população à dinâmica existente na entidade (tradicional, com pouca mobilização da direção) do que a um processo de desgaste da mesma junto aos moradores.

Sociedade de Melhoramentos Vila Jockey II

Trata-se de instituição criada em 1998 por um Vereador, com o objetivo de oferecer serviços à comunidade do Bairro Jóquei Clube, sendo administrada por familiar deste, sendo que a gestão social foi impulsionada a partir de 1999/2000.

As atividades são diversificadas e atualmente estão voltadas para: crianças e adolescentes. São: futebol, escolinha de futebol, capoeira, lamba aeróbica. Para adultos oferece no momento o curso de Alfabetização. Além dos já citados, há cursos livres de: tricô, crochê, pintura, atendimento jurídico, e odontológico. De forma intencional reserva vagas nos cursos para os moradores das áreas de subnormalidades.



Associação "Unidas na Arte e Cidadania"

Associação formada por senhoras residente no Sambaiatuba e entorno. Criada através do Projeto de Urbanização do Dique Sambaiatuba, sendo oficializada em 2003.

PACS Sambaiatuba

Centro Comunitário "Manoel Bento Rabelo", situado na Rua Sambaiatuba, nº 2115 – Sambaiatuba (equipamento HBB/UAS).

Outras entidades sociais

A presença de outras formas de associações foi verificada em torno de atividades de lazer (times de futebol, etc.), mas todas com um nível bastante fluido de organicidade, tanto que foi impossível levantar dados mais consistentes.

Características Culturais

Segundo as lideranças não há registro de manifestações culturais na área. Durante todo o processo de interação da equipe técnica com os moradores também não foram identificados movimentos ligados à música, dança ou a outras formas de arte.

Equipamentos Sociais existentes

As áreas em questão não contam com equipamentos comunitários próprios, sendo sua população atendida pelos equipamentos do entorno, inclusive pelos novos equipamentos provenientes da urbanização operada na 1a. Etapa do Dique Sambaiatuba. Os dados a seguir foram coletados em campo, no entorno, e junto com a informação temos um breve registro da demanda por programas e/ou equipamentos comunitários, gerada a partir da análise da idade dos moradores da área.

Equipamentos de Educação

Atendendo a Educação Infantil, a rede municipal de Ensino possui:



- E.M.E.I. “José Borges Fernandes”, situada à Av. Salgado Filho, s.n.
- E.M.E.I. "Vila Jóquei", situada 'a Rua Fernando Ferrari s/nº - Jóquei Clube.
- E.M.E.I. “Cidade de Naha”, situada a Rua General Etchegoyen, nº 25 – Catiapoã.
- E.M.E.I.E.F “Duque de Caxias”, situada a Praça Napoleão Laureano, s/nº - Jardim Guassu.
- Creche Municipal “Maria Josefa da Silva”, situada à Av. Salgado Filho.
- E.M.E.I. “José Borges Fernandes”. Vinculada à Associação de Moradores Vila Jockey.
- Creche “Mundo da Criança”, situada 'a Rua Lourival Moreira do Amaral, nº 604 – Parque São Vicente.
- Creche Municipal “Cantinho do Zezinho”, situada à Rua Sacadura Cabral, nº 399 – Jóquei Clube II, atendendo 100 crianças.
- Creche Municipal “El Shaday”, situada a Rua Carijós, nº 51 – Parque São Vicente, atendendo 50 crianças.
- Creche Municipal "Maria Eunicéia dos Santos", situada 'a Rua Roberto Kock, nº 488 - Jóquei Clube.
- Creche “Rotary Clube”, situada à Av. Salgado Filho, 637 esq. com Rua Antônio Pietscher. Atende 50 crianças.
- Creche Ministério Família Isaias 61, situada na Av. Senador Salgado Filho, 1127. Atende 80 crianças, na faixa etária de 02 a 06 anos.
- Creche Municipal “Gaetano Spartaro”, situada a Rua Capitão Luiz Hourneaux, nº 459 – Jardim Guassu, atendendo 50 crianças
- Creche Municipal “Luiza Parizotto Zanotto”, situada a Rua Guilherme Guinle, nº 142 – Jardim Nosso Lar, atendendo 50 crianças.
- Creche Municipal “Pastorio”, situada a Rua São Miguel dos Campos, nº 71 – Jardim Nosso Lar, atendendo 50 crianças.
- Creche Municipal “Peniel”, situada a Rua Tenente Durval do Amaral, nº 725 – Catiapoã – atendendo 80 crianças.
- Creche Municipal Vovó Geralda Ernestina, Rua Dois, 19. Atende 50 crianças na faixa de 02 a 06 anos. Vinculada a Sociedade de Melhoramentos
- Cecof -Novo Rumo, Centro de Convivência e Formação, situado na Rua Hélietia, 162, atende 300 entre crianças e adolescentes, na faixa de 07 a 17 anos.
- J.I.P - Jóquei Instituição Promocional, situada 'a Rua Gal. Euclides Figueiredo, nº 110 - Jóquei Clube.



- Cecof - Centro de Convivência e Formação, desenvolvido nas dependências da E.M.E.F. Antonio Pacífico, situada à Rua Anadir Dias Carvalho com Av. Salgado Filho.

No entorno da área existem três escolas que oferecem Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo duas delas pertencentes à Rede Estadual de Ensino e uma à Rede Municipal de Ensino, sendo elas:

- E.M.E.F. “Antônio Pacífico”. Situada à Rua Anadir Dias Carvalho com Av. Salgado Filho. Comporta 2.400 alunos, atendendo 1.250. Possui 60 classes de 1ª à 8ª séries do Ensino Fundamental.
- E.E. “Armando Vitória Bei” – Rede Estadual de Ensino. Situada à Av. Salgado Filho com Rua Augusto Severo. Comporta 3.000 alunos. Possui 20 classes por período, de 5ª à 8ª séries do Ensino Médio.
- E.M.E.F. “Manoel Nascimento Júnior”. Situada à Rua Roberto Cock com Rua Gabriel dos Passos. Comporta 1.400 alunos, com 35 classes. Atende atualmente 1.112 alunos de 1ª à 4ª séries, com 2 classes de aceleração da aprendizagem do Programa “Acelera Brasil” e 3 classes de Educação Especial que recebem alunos com deficiência mental.

Equipamentos de Saúde

As Unidades Básicas de Saúde diretamente envolvidas nessa questão são:

- UBS JIPE, situada à Rua Roberto Cock. Atende, aproximadamente, 200 pessoas por dia.
- UBS Jóquei, situada à Rua Dr. Gilberto Lins Cavalcanti. Atende, aproximadamente, 150 pessoas por dia.
- UBS Catiapoã, situada à Rua Largo s/nº. Atende, aproximadamente, 300 pessoas por dia.

Estas instituições são consideradas insuficientes para o atendimento da demanda existente na comunidade.

Equipamentos de Capacitação para Trabalho e Geração de Renda

Os equipamentos públicos e/ou comunitários da área que abordam a questão são especialmente as Oficinas do Jóquei, do Departamento Profissionalizante da PMSV, que funcionam na Av. Senador Salgado Filho nº 895, e atingem os moradores das áreas. Oferecem



os seguintes cursos: iniciação em corte costura industrial, artesanato em geral e estética, manicure, corte de cabelo.

Na Vila Jóquei tem-se também a presença de uma creche mantida pelo Rotary Clube (registrada no item equipamentos), mas esta é a única presença daquela ONG na área. Além destes registros, têm-se como organizações que realizam trabalhos na área, as Igrejas:

- Igreja Católica – Av. Salgado Filho.
- Igreja Evangélica – Dique do Sambaiatuba.
- Igreja Evangélica – Rua Érico Veríssimo.
- Igreja Evangélica – Rua Edgar Cavalheiro
- Igreja Evangélica – Praça Mateo Bei.
- ICAB Menino Jesus de Praga - Av. Salgado Filho.
- Igreja Congregação Cristã do Brasil - Av. Salgado Filho.
- Igreja Pentecostal em Cristo Venceremos - Rua do Contorno.

Alguns funcionários dos equipamentos existentes na área possuem relações com as lideranças, embora não seja significativa.

Uma faixa etária que merece ser analisada com bastante cuidado, no que se refere à ocupação, é a de jovens em idade de ingresso ou manutenção no mercado de trabalho. Os cursos mantidos pelas Oficinas podem atendê-los, mas faz-se necessário analisar esta variável dentro do Sub Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico.

É importante ressaltar que, esses cursos são abertos e voltados não só para os jovens, mas também para as faixas etárias mais altas e produtivas, e que especialmente requerem alternativas para manutenção no mercado de trabalho.

Programas Integrados

As parcerias são fundamentais para potencializar as ações do projeto, especialmente no que se refere às ações que transcendem a política habitacional, e são voltadas para o desenvolvimento social da comunidade e de seus grupos, e, ainda, para assegurar sustentabilidade e continuidade dos efeitos de suas ações após a conclusão das obras.



Merece destaque nestas parcerias a complementaridade em relação aos seguintes projetos:

Projetos Novo Rumo

Tem por objetivo retirar do trabalho no Lixão crianças e adolescentes e oferecer alternativas de qualificação profissional para as suas famílias. As maiores vítimas de exclusão social são as crianças e adolescentes, que sem alternativas de convívio social tentam amenizar e garantir precariamente a renda familiar, devido à ausência e/ou baixos níveis salariais, como também a falta de qualificação profissional apresentada pela maioria dos moradores.

O Programa tem como meta atender 1.050 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 14 anos, de ambos os sexos. Estão sendo atendidas, até o momento, 350 crianças e adolescentes. O atendimento se dá por um ano, em regime de um período, objetivando a inclusão em 5 centros de convivência e formação, oportunizando o desenvolvimento e proteção social. As áreas envolvidas pelo Programa são: assistência social, educação e cultura, saúde, esporte e lazer.

Projetos de Capacitação Profissional do Município – CICAP

O objetivo deste projeto é melhorar as condições de acesso ao mercado de trabalho por meio da qualificação profissional. A fim de viabilizar recursos para manutenção e ampliação dos cursos de iniciação e capacitação profissional, a Prefeitura Municipal de São Vicente vem insistindo no estabelecimento de parcerias com o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de S. Paulo e ASSECOB – Associação dos Empresários da Construção Civil da Baixada Santista, de modo a vir proporcionar uma melhor qualidade ao trabalho, onde a população interessada poderá se qualificar e requalificar profissionalmente.

No Núcleo Comunitário Jóquei funciona 06 Oficinas, sendo que 60% das atividades desenvolvidas estão voltadas ao atendimento da população do Dique Sambaibatuba. Nelas são oferecidos os seguintes cursos: pintura em tecido; lãs e linhas; bordado; corte e costura; estética; cabelo; manicura e depilação. Conforme se pode notar, os tipos de cursos oferecidos são característicos de atividades exercidas por mulheres, restringindo as possibilidades aos moradores do sexo masculino.



Por esta razão, pretende-se ampliar a oferta de cursos, tendo como referência as Oficinas em área central da cidade, que oferecem cursos de: faixas e serigrafias; pedreiro assentador; pedreiro revestidor; azulejista; eletricista; hidráulica.

A definição final das novas Oficinas ou cursos que serão instalados será submetida à população por meio da realização de reuniões específicas e da abertura prévia de inscrições.

Dados de Saúde e perfil epidemiológico

Em função da metodologia de agrupamento de dados pela Secretaria de Saúde não se consegue obter um perfil epidemiológico exato. Assim, estão levantados a seguir os dados existentes relativos a dois dos principais indicadores: o índice de mortalidade infantil e agravos mais frequentes.

A informação de nascimentos e óbitos não é normalmente notificada por área, mas sim por bairro, existindo a possibilidade de se subestimar o número de óbitos e nascimentos ao se procurar pelo endereço das áreas de assentamentos precários do Jôquei Clube, que reúnem as piores condições de habitabilidade e salubridade da região.

Faz-se necessário registrar que a população dessas áreas pode estar subestimada pelo censo, o que implica em incidências maiores que as reais. Assim, a incidência de tuberculose encontrada é extremamente alta e maior que no município e região. Caso a população seja, por exemplo, de 10.000 habitantes, a incidência será aproximadamente 2,5 vezes menor. Esta é uma enfermidade típica de áreas insalubres, e certamente a alteração das condições de habitabilidade da área trará repercussões positivas.

A dengue foi à doença com maior incidência nesses últimos anos. Em 1999, quando a epidemia aconteceu no município, esta região apresentou um dos maiores índices larvários de *Aedes aegypti* de São Vicente, tendo a lata e outros objetos removíveis como criadouros preferenciais.

A comparação da incidência entre bairros e no mesmo bairro de um ano para outro é problemática, pois o número de casos é muito pequeno, assim como a variabilidade aleatória pelo acaso ou diversos outros fatores, e não permite, em curto espaço de tempo e isoladamente, avaliar as condições de melhora ou piora da situação de ocorrência de uma determinada doença. De qualquer modo, a comparação entre incidência das doenças de notificação



compulsória (diarréia, desnutrição e outras) pode ser considerada como um elemento a mais na avaliação do impacto da urbanização dessas áreas.

A questão relativa ao expressivo número de atendimentos “anti-rábico” será incorporada ao projeto de educação sanitária e ambiental, particularmente no que se refere a campanhas de zoonose.

Aspectos Ambientais

O desenvolvimento da região metropolitana da Baixada Santista e principalmente da cidade de São Vicente ocorreu ao longo dos anos em invasões sucessivas e contínuas das áreas de restinga e mangue, estes ecossistemas, que são associados à Mata Atlântica, formavam grande parte da mata de baixada, muito sensíveis a quaisquer alterações, foram fortemente prejudicados pela ação do homem.

São Vicente teve ao longo dos anos dessas invasões, uma ação de degradação pelo homem, que na sua fixação, cortava a vegetação, e em geral aterrava o mangue danificando o meio ambiente de forma agressiva e contínua, pois não havendo qualquer infraestrutura urbana para sua instalação, a agressão ao meio era continuada com a geração de resíduos líquidos e sólidos de esgoto e lixo que se espalham pela região de mangue e praias, alterando todo o meio adjacente.

Por ser o manguezal considerado o berçário do mar, por sua alta produtividade, decorrentes das várias espécies que escolhem sua área para reprodução. A preservação do manguezal é fundamental para o equilíbrio da fauna aquática e, conseqüentemente, para a manutenção da pesca litorânea e oceânica, qualquer projeto de melhoria social deverá levar em conta os benefícios da recuperação e manutenção em sua forma original destas áreas.

Como solução de recuperação ambiental, é proposta a elaboração de um plano de Manejo que propicie a retirada de material (entulho) por meios físicos dos canais, nas áreas a recuperar, possibilitando melhor troca de água, tanto quantitativa como qualitativamente.

Com o aumento do volume de águas de maré nestes locais, torna-se possível a recuperação de cobertura vegetal, com o plantio de algumas espécies nativas de mangue, áreas destinadas ao plantio de espécies de restinga, também deverão ser separadas e identificadas, tais



procedimentos possibilitam a formação de pequenos espaços de mata restituída ao seu estado original.

Com a recuperação destas áreas acreditamos haver, ao longo do tempo, um benefício geral à fauna, possibilitando que outros animais venham a se instalar nesses locais, restituindo-se parte ou todo deste complexo e sensível ecossistema, de diversidade muito restrita. O mangue, ecossistema típico de áreas tropicais e subtropicais, abriga grande variedade de espécies de fauna brasileira.

DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

O Diagnóstico Socioterritorial será focado nos 1.120 núcleos familiares que serão realocados no Conjunto Tancredo Neves III, tendo em vista a 1º etapa do projeto. A análise foi realizada dos dois eixos Demanda Vinculada e Demanda Aberta, sendo à Vinculada às famílias da área de intervenção deste projeto que reúnem as características abordadas neste projeto.

A Demanda Aberta está subdividida em duas (Sorteio e Indicação), desta forma o diagnostico trará uma amostra mínima de índices municipais tendo em vista que os beneficiados que advirem deste grupo residem em todo o município de São Vicente, tendo assim moradores com características tanto semelhantes com as citadas ou como seu oposto, vislumbrando que na Indicada existem encaminhamentos da defensoria pública.

A Demanda Vinculada está diretamente atrelada a área de intervenção do projeto Beira Rio 2, deste projeto selecionamos os Setores Caminho das Índias e Ilha do Bugre para a realocação inicial que visa o Conjunto Tancredo Neves III, ambas as áreas foram selecionadas devidas as propriedades insalubres do terreno a qual as ocupações habitacionais foram construídas, sua grande maioria na encostas do que fora o “lixão” municipal ou em aterro de detritos descartado em área de preservação ambiental (manguezal).

As moradias identificadas de ambas as demandas são de espécie particular permanente, sendo que 60% delas possuem de 1 a 3 cômodos, 35% de 4 a 6 cômodos sendo somente 1% com 7 ou mais cômodos, 96% das famílias que possuem de 1 a 3 utilizam todos os cômodos como dormitório.



Das residências 68% possuem as paredes feitas com madeira como material predominante, 32% feitas de alvenaria. Dos que possuem as divisórias feitas de alvenaria 60% não possuem revestimento. Os pisos dos domicílios possuem 36% sendo de cimento e uma equivalência nos subsequentes materiais predominantes tendo a discrepância em porcentagem mínima, 30% de Cerâmica, lajota ou pedra e 28% de madeira. Somente 3% não possuem nenhum tipo de revestimento no solo.

Possuem água canalizada que advém da rede geral de distribuição, cerca de 70% sendo que destes 55% não pagam taxas para a empresa de água, 97% possuem banheiros nos domicílios, sendo que 57% é escoamento para rede pública. O lixo produzido é coletado indiretamente em 55% das moradias, a energia elétrica é fornecida por medidor para 43%, e 57% por intermédio de ligações clandestinas. Devido à situação irregular de 62% das moradias as vias não possuem calçamento ou pavimentação.

Das moradias 95% possuem somente uma família residindo nelas, destas 83% possuem de 1 a 3 pessoas e 17% de 4 a 6 habitantes. 25% das famílias possuem mulheres solteiras como responsáveis do núcleo familiar e 5% são de homens solteiros que cuidam dos filhos. Dos responsáveis familiares 57% possuem a faixa etária de 26 a 50 anos, 22% estão dos 51 a 65 anos, 14% de 19 a 25 anos, 5% com 66 ou mais, 2% com 18 anos. 39% moram sozinhos em sua residência.

A maioria dos moradores que serão realocados é de crianças com idades de 6 a 12 anos, 27% do total, 19% são de crianças 0 a 5 anos e de 13 a 18 anos, 17% de adultos 26 a 50 anos, 14% de 19 a 25 anos, e 4% com 51 anos ou mais. 8% são de pessoas com deficiência, sendo que 60% de deficientes físicos, 15% de transtorno/doença mental, 15% de deficiências ligadas à visão como baixa ou cegueira, 10% são pessoa com surdez severa ou profunda.

Sendo assim 65% dos moradores são de menores de idade. 49% dos moradores se declararam Pardos(as), 34% Negros(as), 13% Caucasianos(as).

23% dos moradores são nativos da comarca de São Vicente, 69% dos moradores nasceram no estado de São Paulo, 75% nasceram na região Sudeste, 21% da região Nordeste, 3% da região Sul e somando chega a 1% os nascidos na região Norte e Centro-Oeste.



Dos responsáveis familiares 87% sabem ler e escrever, 60% das crianças e adolescentes está na escola. De todos os moradores que serão realocados 28% ainda estão estudando, 58% já frequentaram a escola, mas somente 10% concluíram os estudos, sendo assim 14% nunca estudou ou frequentou a escola. Levando em consideração os que estudaram ou estudam, 47% foram até a 4º série do ensino fundamental, 33% até a 8º série, 21% o ensino médio, 3% informaram que estão utilizando Educação de Jovens e Adultos – EJA para concluir os estudos, menos de 1% chegou ao ensino técnico ou superior.

Dos moradores atendidos 64% declararam estar trabalhando, 30% informaram que a renda familiar advém através de ajuda/doação, aposentadoria, algum benefício ou programa de transferência de renda e 6% não informou de onde vem à renda familiar. Dos tipos de trabalho os autônomos e os empregados com carteira assinada se equiparam em porcentagem sendo elas de 43%, 13% estão empregados, mas sem carteira assinada, 1% não informou o tipo de trabalho. 34% recebem remuneração acima de R\$ 1.001,00, 34% recebem entre R\$ 601,00 a R\$ 1.000,00, 14% recebem de R\$ 301,00 a R\$ 600,00 e 18% recebem menos de R\$ 300,00 por mês. 64% das famílias possuem renda per capita abaixo dos R\$ 600,00.

Tendo em vista os dados apresentados chegamos à conclusão que o perfil majoritário das famílias selecionadas para realocação na demanda vinculada são de residências com 3 cômodos ou menos, sendo que os cômodos possuem mais de uma funcionalidade, as paredes foram produzidas com madeira e o piso de cimento, possuem água encanada, possuem banheiro, com o escoamento direto para rede pública, o lixo é coletado indiretamente, energia elétrica por intermédio de ligações clandestinas, as vias não possuem calçamento ou pavimentação, somente uma família com no máximo 3 pessoas, predominante de pardos, nascidos em outros municípios do estado de São Paulo, já frequentaram ou frequentam a escola, mas não concluíram os estudos, em sua grande maioria de responsáveis familiares trabalhando, podendo ser de empregados com carteira assinada ou de trabalhadores autônomos, com rendas familiares acima de R\$ 601,00. Vale ressaltar que 1% dos moradores não desejou participar da pesquisa.

Perante o exposto entendemos que as famílias beneficiárias se enquadram no item 2 – Critérios de Priorização dos Candidatos, da portaria nº 412, de 6 de Agosto de 2015, do Ministério das Cidades, tendo utilizado diagnostico como uma ferramenta para compreender a realidade social das famílias atendidas, classificando as necessidades e as principais problemáticas a serem enfrentadas no decorrer do trabalho social, tanto na pré-ocupação quanto na pós realocação.



Objetivo geral

Promover a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda dos Diques Beira Rio, Sambaiatuba, e o fortalecimento e/ou surgimento de novas lideranças, através do desenvolvimento de ações educativas, socioambientais, sanitárias e de capacitação profissional, contribuindo para que os indivíduos tenham uma melhor compreensão da realidade e do papel que desempenham na sociedade.

Objetivos específicos

- Fomentar e fortalecer o papel das comissões de moradores, comissões temáticas, grupos de adolescentes, grupos culturais, associações comunitárias, entidades religiosas, ONG`s, na definição de estratégias de mobilização e participação popular;
- Estimular e ampliar atividades e práticas coletivas de organização social, visando assegurar a curto e médio prazo, atividades de co-responsabilidade, solidariedade, a gestão compartilhada e autonomia;
- Viabilizar a melhoria das condições socioeconômicas da população na geração de novas fontes de renda;
- Assegurar a implantação de campanhas públicas sistemáticas de educação ambiental, saúde, vigilância sanitária.
- Estimular formação de comissões de moradores para acompanhamento das ações desenvolvidas;
- Criar fórum de discussão ampliada com participação de pessoas jurídicas e físicas que estão localizadas no entorno;
- Promover ações que visem à fixação da população local.
- Avaliar e monitorar o processo de Pós Ocupação.

Metodologia e Estratégias de Execução das Atividades

A complexidade e o grau de interdependência das variáveis envolvidas em intervenções urbanísticas em áreas degradadas pressupõem capacidade de análise que se insiram nas dimensões espaciais, políticas e econômicas da realidade em questão, de maneira integrada e abrangente.



Ao lidar com processos de transformação do espaço construído e habitado a abordagem integrada da realidade, a interdisciplinaridade, a mudança social e a participação, são pontos de partida para definir metodologias de atuação. Nesse sentido, entende-se que o trabalho social a ser desenvolvido, norteado pelo materialismo histórico, deverá promover a discussão referente à mudança de entendimentos, hábitos e comportamentos da comunidade, de forma a auxiliar a compreensão e valorização da trajetória à nova realidade.

Os eixos de atuação: Mobilização, Organização e Fortalecimento Social – MOFS, Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção - AGSI, Educação Ambiental e Patrimonial - EAP e Desenvolvimento Socioeconômico - DeS terão suas atividades discriminadas e constituirão eixos de ação básicos durante o processo de obras.

Em seguida, o Acompanhamento Social na Fase de Remoções e Pós Ocupação irá pressupor o reconhecimento das áreas de Intervenção, planejamento e realização das remoções, bem como todo o processo de acompanhamento social nas novas unidades habitacionais. Haverá uma série de instrumentos de controle que garantam a mensuração da participação da comunidade e uma avaliação contínua do processo.

Eixos de Atuação Integrada:

A perspectiva de alçar-se a outro patamar de vida urbana propiciada pela urbanização de favelas faz com que esta intervenção se coloque como uma forte motivação comunitária, às vezes amortecida pelo descrédito da população nas iniciativas governamentais.

Intervenção geralmente de prazos dilatados - se considerarmos toda a extensão de tempo entre a elaboração do diagnóstico, projeto, contratação e execução das obras - e de grande poder transformador nas condições objetivas de qualidade de vida, gera um grande espaço potencial de evolução da capacidade de mobilização, de organização e de gestão na comunidade.

A metodologia de trabalho adotará procedimentos que potencializem o papel dos usuários na conformação do entorno urbano e que contribuam para desenvolver uma maior sensibilização ante os problemas urbanos, uma postura crítica e um maior nível de exigência em relação à qualidade de vida na cidade.



INTERVENÇÃO SOCIAL

A integração dos quatro eixos:

MOFS - Mobilização, Organização e Fortalecimento Social,

AGSI - Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção,

EAP - Educação Ambiental e Patrimonial

DeS - Desenvolvimento Socioeconômico.

MOFS - Mobilização, Organização e Fortalecimento Social

O eixo MOFS contemplará as atividades pertinentes à mobilização e organização dos moradores no processo de obras. A comunidade será estimulada a interagir, através de escolha de representantes. Serão promovidas oficinas, dinâmicas e espaços que propiciem discussões sobre as várias formas de organização comunitária e sua efetivação. Sempre com orientações voltadas para a capacitação da comunidade, os moradores serão subsidiados com conhecimentos sobre a gestão coletiva dos equipamentos e infraestrutura a serem implantados após as obras.

As ações de mobilização, organização e fortalecimento social deverão contar com a presença de equipe técnica social em um Plantão Social, um posto de atendimento com o objetivo de garantir o fluxo de informações entre poder público e comunidade de maneira ágil e transparente.

Representação popular

Constituem objetivos das ações a serem desenvolvidas neste aspecto:

- Reconhecer as lideranças locais existentes e fortalecer a sua organização, ampliando-a com a inclusão de outros representantes, a serem escolhidos pela comunidade. As discussões quanto ao significado da representação popular serão feitas em conjunto com a comunidade, que definirá: por quê; para quê; como deve ser? e quem deve ser;
- Formação da Comissão de Acompanhamento da Urbanização – COAMURB, necessária para garantir a participação e interação do processo de obras;
- Estabelecer fóruns permanentes com a participação dos representantes populares, com o caráter de propor, avaliar, definir ações conjuntas;
- Introduzir a representação de crianças e adolescentes no âmbito do projeto;



- Capacitar os representantes através de cursos que enfoquem temas a respeito de: direitos, deveres, democracia, participação popular; poder local/autonomia: sustentabilidade: inclusão social, entre outros.

Acompanhamento Social nas Obras

O acompanhamento social na execução das obras requer as seguintes atividades:

- Estudo e conhecimento do planejamento de execução das obras realizado pela empresa executora, com a finalidade de planejar o processo de acompanhamento social da execução;
- Localização e delimitação do assentamento na base cartográfica, bem como mapeamento de dados provenientes de estudos e pesquisas já realizadas;
- Instalação de ponto de apoio (Plantão Social) para atendimento das famílias: esclarecimentos, reuniões, treinamentos e encaminhamentos;
- Identificação prévia junto aos engenheiros de execução, dos principais transtornos e riscos para os moradores em cada frente de obra;
- Organização da abordagem dos moradores por frente de obra, e definição dos conteúdos de informação – tipo de obras e sua finalidade; máquinas a serem utilizadas; transtornos e riscos decorrentes; medidas de segurança; posturas da comunidade;
- Capacitação mútua das equipes de campo: engenheiros capacitam técnicos sociais – explicação sobre técnicas e tecnologias, funções dos equipamentos utilizados; riscos inerentes ao processo; recursos de segurança etc.; técnicos sociais capacitam engenheiros: a importância do contato e comunicação sistemáticos com a comunidade; clareza da linguagem e dos conteúdos a comunicar; utilização de linguagem gráfica, entre outras temáticas;
- Reuniões sistemáticas com a empresa executora para encaminhamento conjunto de problemas com os moradores nas frentes de obras, conhecimento do redirecionamento do plano de execução e dos problemas de cumprimento de cronograma;
- Reuniões sistemáticas com COAMURB, lideranças e fóruns de acompanhamento da execução com o intuito de comunicar a programação das aberturas de frente de obras, o acompanhamento do cronograma de execução e problemas relacionados com as obras;
- Demarcação da área de remoção, identificação dos domicílios e das famílias atingidas para a caracterização do(s) grupo(s) de remoção;
- Identificação do perfil do(s) grupo(s) e das situações de resistência às remoções ou de não enquadramento aos critérios de atendimento do projeto;



- Estudos de caso das famílias em situações especiais para acompanhamento da equipe social de campo;
- Elaboração de matriz de responsabilidades institucionais na operacionalização das remoções e contatos institucionais para articulação de ações intersecretarias;
- Estudo para implantação de ações de requalificação profissional da população objetivando a identificação: da população qualificada profissionalmente; população com baixa qualificação profissional (assimilação em programas de qualificação de mão de obra não especializada). E orientações e encaminhamentos para os cursos de capacitação desenvolvidos nas Oficinas do Jockey, do Departamento Profissionalizante da PMSV, onde são oferecidos os seguintes cursos: iniciação em corte costura industrial, artesanato em geral e estética, manicure, corte de cabelo, como também encaminhamento ao SEDUC – Secretaria da Educação, que realiza Curso de Informática;
- Elaboração de diagnóstico social destacando: principais vínculos da comunidade com a área e seu entorno; o padrão de qualidade de vida médio da área e mais especificamente do(s) grupo(s) de remoção; o perfil socioeconômico do grupo e a situação individualizada da moradia; os grupos vulneráveis envolvidos na previsão de remoção; o perfil das organizações locais; os focos de resistência; os principais impactos negativos e positivos do reassentamento; adequação do perfil do grupo às alternativas de atendimento habitacional.

Plantão Social

A equipe técnica realizará atendimentos individualizados ao longo do processo de obras, em ponto de apoio instalado dentro do perímetro das áreas. No plantão social deverá ter plantas de projeto, material didático e informativo e listagens que possam favorecer a elucidação de dúvidas sobre os procedimentos adotados.

AGSI - Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção

O processo de remoção provoca fortes interferências na vida dos grupos, famílias e indivíduos, afetando diretamente temores atávicos dos seres humanos – insegurança, incerteza, ausência de garantias. Subentende a “desconstrução” real de vínculos e dinâmicas estabelecidas no território – produção econômica, mobilização e disposição, relações de vizinhança, marcos afetivos e de referência - elementos de orientação da vida cotidiana e da existência. Além dos aspectos mencionados, as remoções nem sempre decorrem de decisões voluntárias da



comunidade e, portanto, deflagram reações contrárias, nem sempre manifestas, em todos os níveis – o coletivo e o individual.

O papel do trabalho social nas situações de remoção de famílias envolve aspectos decisivos no processo:

- Arregimentar as formas de minimizar os efeitos negativos;
- Informação sistemática e precisa; planejamento rigoroso e detalhado ao nível particular de cada família e domicílio; mobilização do apoio necessário nas operações;
- Conhecimento dos hábitos, práticas e culturas urbanas em dois níveis: o coletivo (grupos) e o individual (famílias), antecipando a necessidade de produzir mudanças nas práticas e comportamento da comunidade para ajustar-se ao novo ambiente – as novas unidades habitacionais e, estrategicamente, contribuir para a formulação do programa de necessidades dos conjuntos habitacionais, adequando-os às características culturais dos grupos;
- Capitalizar as oportunidades de promoção social para a população, latentes em cada situação;
- Exercitar a comunidade no aprendizado da negociação e preservação dos interesses coletivos;
- Subsidiar a comunidade de informações e assessorá-la na avaliação correta e concreta da situação, identificando perdas e ganhos coletivos do processo, definindo a partir daí a pauta de negociação;
- Apoiar a comunidade para explorar as possibilidades de transformar as perdas em oportunidades, participando da formulação das características de seu novo ambiente de moradia;
- Construir pacto que concilie interesse da coletividade maior – a cidade, com os interesses locais – a comunidade atingida;
- Promover a interação entre a população e as instituições responsáveis pela intervenção, com o intuito de construir objetivos comuns;
- Divulgar, de forma precisa e abrangente, os benefícios diretos e indiretos da intervenção geradora das remoções, sobre a cidade e sobre a comunidade.
- A natureza do trabalho exigirá da equipe social grande habilidade na ação mediadora. Ao mesmo tempo, para comunidade, a vivência do processo de negociação e preservação dos interesses coletivos é exercício de cidadania.



O Planejamento e implantação da fase operacional do processo devem compensar o tempo despendido nas negociações, possibilitando a agilidade necessária ao desenvolvimento das obras.

A transparência das informações e a integração entre os responsáveis pela execução das intervenções e a equipe de trabalho social são condições determinantes para o sucesso e credibilidade do conjunto de ações.

Reconhecimento das áreas de intervenção

A localização e delimitação das áreas devem ser amplamente conhecidas da equipe social, assim como os motivos das intervenções, se por risco ou interferência nas obras, para que não haja dúvidas da equipe social ao iniciar o trabalho de esclarecimentos sobre as obras com as famílias.

A caracterização do grupo de remoção será pautada pelas informações coletadas durante o Cadastramento. Além destes passos metodológicos, deverão ser realizados estudos quanto ao histórico de cada operação, os vínculos sociais existentes, os grupos de representantes e lideranças de cada área atingida, famílias sem documentação, etc.

A partir de tais informações, os grupos serão identificados, destacando-se situações de resistência às remoções ou de não enquadramento aos critérios de atendimento do projeto.

Como resultado da caracterização do grupo, obtém-se subsídios para o encaminhamento das discussões que ocorrerão na etapa seguinte, além de permitir a elaboração dos estudos de caso das famílias em situações especiais (idosos e famílias com pessoas portadoras de direitos especiais) que serão encaminhados e acompanhados pela equipe social de campo.

As discussões de encaminhamento com as famílias serão pautadas pelos dados da caracterização da comunidade em que serão adotadas estratégias e abordagens que levem em conta a função de fomentar a co-responsabilidade de cada família e grupos de moradores ao sucesso da implementação das intervenções físicas das obras.

Serão realizadas as articulações intersecretarias, prevendo situações como, documentação insuficiente e outras situações que permeiam a exclusão social.



O primeiro passo referente à ação com as famílias será a realização de visita domiciliar para checagem da realidade atual, se as famílias ainda moram nos endereços atingidos pelas remoções, depois reuniões com os grupos atingidos para esclarecimentos e discussões sobre a intervenção proposta, propiciando aos moradores entendimentos sobre o programa e alternativas habitacionais, critérios de elegibilidade, regularização fundiária e sua formalização e tipologias de moradias.

Serão promovidos efetivos espaços de discussão dos programas e projetos, reuniões, visitas domiciliares ou atendimentos individualizados levando-se em conta, sempre, a busca pelo desenvolvimento da autonomia das comunidades nas áreas de intervenção e o perfeito entendimento da sequência de passos a seguir. A transparência das informações e a integração entre os responsáveis pela execução das intervenções e a equipe de trabalho social são condições determinantes ao sucesso e credibilidade do conjunto de ações do Projeto de Urbanização.

Serão realizadas reuniões para a escolha de vizinhança e das unidades habitacionais pelas famílias, respeitando os critérios de unidades especiais para portadores de direitos especiais e unidades térreas para idosos ou famílias com número elevado de crianças.

Encaminhamentos e estabelecimento de parcerias com órgãos expedidores de documentação para a agilização da documentação necessária à regularização jurídica das unidades habitacionais.

A organização da remoção será feita juntamente com técnicos da equipe da construtora e da Prefeitura Municipal de São Vicente que dispuser da estrutura de apoio para a viabilização das remoções. Este planejamento logístico prevê a programação das remoções, considerando: cronograma, estrutura de apoio (transporte e operacional), rotas, acessos, demolições necessárias (quando da saída de frentes de obras).

A preparação das famílias para as remoções envolve orientações e providências quanto à programação, procedimentos a serem adotados (seleção e acondicionamento dos pertences, preparo prévio de alimentação, etc.) e discussão dos critérios e normas de atendimento.



Serão realizadas as remoções previstas, sempre com a preocupação de minimizar os transtornos para as famílias. Para tanto, faz-se necessário o acompanhamento das famílias desde a saída do local de origem até a recepção no local de destino.

É importante também prever as consequências para as famílias que permanecem na área, tais como: ligações de luz desfeitas; encanamentos danificados, riscos de desmoronamento, entre outros. Portanto, caberá aos técnicos sociais identificar tais problemas e buscar apoios para solucioná-los ou mitigá-los.

Todas as atividades serão registradas em Diário de Campo e também com registros fotográficos, a fim de facilitar a elaboração do Relatório Mensal de Atividades.

EAP - Educação Ambiental e Patrimonial

O eixo Educação Ambiental e Patrimonial na realidade passa por todas as ações desenvolvidas na comunidade.

Salubridade Ambiental e Espaço Urbano.

Neste subprojeto as atividades com as famílias permearão os temas “água”, “energia elétrica”, “lixo” e “áreas verdes”:

- Viabilização de palestras e seminários abrangendo as seguintes temáticas: recursos hídricos, qualidade da água, fontes de poluição das águas e saneamento básico, doenças veiculadas pela água.
- Reuniões de orientação sobre o uso de descarga, chuveiros, limpeza de caixa d'água e manutenção das redes de água, redes de drenagem e rede de esgotos para os moradores e representantes;
- Reunião de sensibilização sobre a importância da energia como recurso ambiental, orientação sobre o combate ao desperdício de energia elétrica e quanto ao uso adequado, forma correta de ligações elétricas e adoção de medidas de redução de consumo;
- Reuniões sobre o tema lixo, abrangendo os seguintes aspectos: produção e tipos de lixo, acondicionamento e coleta, tratamento e aproveitamento, coleta seletiva e reciclagem, e seus impactos ambientais;



- Viabilização de palestras temáticas sobre os males e doenças provocadas pelo lixo (insetos, roedores e outros vetores);
- Realização de reuniões de sensibilização sobre a importância das áreas verdes para o ambiente natural e construído e a qualidade de vida;
- Realização de gincanas/oficinas de plantio de mudas.
- Oficinas de reciclagem de papel e outros materiais recicláveis.

Plano de manejo

Como solução de recuperação ambiental, é proposta a elaboração de um plano de Manejo que propicie a retirada de material (entulho) por meios físicos dos canais, nas áreas a recuperar, possibilitando melhor troca de água, tanto quantitativa como qualitativamente.

Com o aumento do volume de águas de maré nestes locais, torna-se possível a recuperação de cobertura vegetal, com o plantio de algumas espécies nativas de mangue, áreas destinadas ao plantio de espécies de restinga, também deverão ser separadas e identificadas, tais procedimentos possibilitam a formação de pequenos espaços de mata restituída ao seu estado original.

Com a recuperação destas áreas acreditamos haver, ao longo do tempo, um benefício geral à fauna, possibilitando que outros animais venham a se instalar nesses locais, restituindo-se parte ou todo deste complexo e sensível ecossistema, de diversidade muito restrita. O mangue, ecossistema típico de áreas tropicais e subtropicais, abriga grande variedade de espécies de fauna brasileira.

As ações educativas são propostas em conjunto aos trabalhos de Engenharia, como as de elaboração da Agenda 21 e de Educação Ambiental onde os temas relativos ao meio ambiente natural e urbano são abordados e solicita-se, desta forma, a participação da comunidade como parceira na preservação. Considerando que somente com a participação comunitária é garantida a sustentabilidade de Plano de Manejo.

Pós-Ocupação



Ao contrário do processo de remoção, onde vínculos são desfeitos, o Pós-ocupação é um processo de estabelecer raízes num novo território e numa nova forma de habitar onde está implícita a adoção de novas práticas urbanas e de novos encargos e responsabilidades.

Apesar das dificuldades implícitas na adaptação, o Pós-ocupação acontece a partir de uma mudança radical e concreta (na urbanização inicia-se sobre uma perspectiva) na qualidade de vida urbana das famílias – inserção territorial - significado a ser explorado nos conteúdos socioeducativos: o significado da mudança. Este entendimento constitui-se no marco de partida para o trabalho visando à gestão do território e a inserção social.

Tendo como um dos focos do trabalho a inserção no território e os processos educativos de uso e ocupação e relação com o meio-ambiente, é imprescindível incorporar a participação direta de todas as famílias nos processos de discussão das temáticas educativas, a ser desenvolvido pelo eixo EAP.

Num momento posterior a necessidade de gestão se debruçará sobre os espaços coletivos, que extrapolam a pertinência às unidades geográficas anteriormente citadas. Neste estágio, os grupos de gestão deverão ser compostos por representantes das diversas unidades geográficas que compõem o conjunto. As tarefas destes grupos evoluirão para a defesa dos interesses mais gerais da comunidade que, naturalmente, estarão noutra patamar de necessidades.

O trabalho educativo deverá centrar-se então nas famílias e grupos por unidade geográfica, e nos grupos de interesses coletivos sem a vinculação restrita a unidades territoriais.

Outro foco do trabalho social na Pós-ocupação é a inserção social que pressupõe a composição e integração de parcerias interinstitucionais visando à cooperação no planejamento e execução de ações que venham a contribuir para solucionar os problemas socioeconômicos da população previamente identificados no diagnóstico e no período de Acompanhamento de Obras, desenvolvidos pelo eixo DeS.

As equipes sociais têm na etapa de pós-urbanização um novo ponto de partida, como um processo complexo e amplo de mudança social a ser construído. Os comportamentos da comunidade são mais que analisados e avaliados, são trabalhados enquanto objeto dos processos socioeducativos e os problemas sociais encontram um espaço mais amplo para



serem trabalhados, uma vez que, o problema da moradia se encontra com suas variáveis mais determinantes equacionadas.

DeS - Desenvolvimento Socioeconômico

Este eixo será realizado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal de São Vicente, com o apoio de outros órgãos municipais, parcerias com as instituições não governamentais que já desenvolvem trabalhos na área de Sambaiatuba, e futuros convênios.

O foco do trabalho social neste eixo é a inserção social que pressupõe a composição e integração de parcerias interinstitucionais visando à cooperação no planejamento e execução de ações que venham a contribuir para solucionar os problemas socioeconômicos da população previamente identificados no diagnóstico.

Outros Subprojetos de desenvolvimento socioeconômico devem ser construídos em conjunto com a comunidade das áreas. Desse modo, será imprescindível manter diálogo e propiciar atividades que levem à reflexão sobre as ações que realmente contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Atividades previstas:

- Propiciar fóruns de discussões sobre quais cursos são do interesse comunitário e quais as habilidades dos moradores;
- Criar grupos de produção, aproveitando potencial produtivo da comunidade;
- Capacitar grupos com formação básica;
- Realizar cursos de capacitação com temas voltados à produção, comercialização e prestação de serviços.

Parceiros da Prefeitura Municipal de São Vicente:

- Departamento Profissionalizante da PMSV, onde são oferecidos os seguintes cursos: iniciação em corte costura industrial, artesanato em geral e estética, manicure, corte de cabelo;
- SEDUC – Secretaria da Educação, que realiza Curso de Informática;
- SEAS - Secretaria de Assistência Social, com cursos profissionalizantes.

Possíveis Parcerias com as seguintes instituições:



- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- SEST/SENAT – Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

Monitoramento

O Monitoramento será realizado através de relatórios mensais que serão desenvolvidos pela equipe técnica social, visando avaliar cada etapa, tendo em vista os objetivos apresentados neste projeto. Os mecanismos utilizados serão a captura de dados por meio empírico, documental e fotográfico.

Equipe de Trabalho Social

A equipe Técnica de Trabalho Social será composta por dois Assistentes Sociais, estagiários de Serviço Social, Pedagogas e auxiliares administrativos.

Função: Coordenador

Formação Profissional: Ensino Superior em Serviço Social

Atividades/Atribuições:

- Garantir a qualidade, eficiência e eficácia do projeto social;
- Desenho e acompanhamento de fluxo de atividades;
- Acompanhamento de prazos e metas;
- Monitoramento e avaliação;
- Ação e articulação junto a atores estratégicos;
- Desenvolvimento Institucional;
- Elaborar, revisar e implementar plano de gestão do projeto;
- Elaborar políticas e estratégias bem como implementar ações para o estabelecimento de alianças e parcerias intersetoriais;
- Relacionar-se permanentemente com lideranças comunitárias e formadores de opinião residentes nas comunidades beneficiadas pelo projeto;
- Elaborar, avaliar, revisar e realizar reuniões na comunidade contemplada;
- Orientar atividades da equipe necessária para agendar, planejar, preparar e realizar reuniões na comunidade contemplada pelo projeto;



- Garantir a capacidade da equipe para realização das reuniões;
- Apoiar os profissionais envolvidos no projeto, sempre e quando necessário;
- Acompanhar o desenvolvimento geral do projeto incluindo supervisão e orientação da equipe de trabalho;
- Acompanhar, orientar e garantir a execução das atividades de monitoramento e controle do projeto;
- Contribuir com o processo de avaliação do projeto identificando pontos fracos, fortes, oportunidades e restrições, sugerindo melhorias no processo operacional;
- Elaborar e/ou revisar o plano e a implementação de monitoramento e acompanhamento do projeto;
- Assumir outras responsabilidades compatíveis com o cargo e de acordo com a demanda.

Função: Assistente Social

Formação Profissional: Ensino Superior em Serviço Social

Atividades/Atribuições:

- Atendimento técnico social a população alvo do projeto;
- Plantões Sociais;
- Monitoramento e avaliação;
- Ação e articulação junto aos serviços socioassistenciais da área;
- Revisar e implementar o projeto;
- Relacionar-se permanentemente com lideranças comunitárias e formadores de opinião residentes nas comunidades beneficiadas pelo projeto;
- Elaborar, avaliar, revisar e realizar reuniões na comunidade contemplada;
- Articular atividades da equipe necessária para agendar, planejar, preparar e realizar reuniões na comunidade contemplada pelo projeto;
- Apoiar os profissionais envolvidos no projeto, sempre e quando necessário;
- Acompanhar o desenvolvimento geral do projeto;
- Acompanhar, avaliar, revisar e realizar a execução das atividades de monitoramento e controle do projeto;
- Contribuir com o processo de avaliação do projeto identificando pontos fracos, fortes, oportunidades e restrições, sugerindo melhorias no processo operacional;
- Elaborar e/ou revisar o plano e a implementação de monitoramento e acompanhamento do projeto e conjunto com o coordenador;
- Assumir outras responsabilidades compatíveis com o cargo e de acordo com a demanda.



Função: Estagiários de Serviço Social

Formação Profissional: cursando Ensino Superior em Serviço Social

Atividades/Atribuições: Acompanhar os Assistentes Sociais Supervisores em suas Atribuições.

Função: Pedagoga

Formação Profissional: Ensino Superior em Serviço Social

Atividades/Atribuições:

- Executar atividades de cunho Pedagógico;
- Auxiliar no preenchimento do Cadastro Único;
- Auxiliar na execução das tarefas pertinentes ao projeto no cunho de sua formação.

Função: Auxiliares Administrativo

Formação Profissional: Ensino Médio Completo

Atividades/Atribuições:

- Executar atividades de cunho administrativo, tais como: digitação, arquivamento, recebimento e remessa de documentos, e atendimento ao público, na sua área de atuação.
- Auxiliar na execução das tarefas pertinentes ao projeto.
- Manter controle dos processos que circulam em sua área ou setor. Apoiar a execução das tarefas realizadas pelos técnicos e assistentes.
- Atender e efetuar ligações telefônicas, procedendo às transferências das chamadas para as respectivas pessoas, anotar recados quando necessário, e fornecer as informações solicitadas. Executar quaisquer outras atividades correlatas à sua função

Pós Ocupação

Esta etapa do projeto será realizada de forma terceirizada por empresa contratada por intermédio de licitação, o valor financeiro será através de repasse Federal, por intermédio de convênio firmado com o Ministério das Cidades, tendo a Caixa Econômica Federal como agente fiscalizador e intermediária dos repasses, o projeto tem previsão de duração de um 12 meses.

A Pós Ocupação ocorrerá baseado nos três eixos, MOFS, EAP e DeS, sendo assim a empresa que ganhar a licitação deverá segui-los, cumprindo assim as atividades previstas neste projeto.



MOFS - Mobilização, Organização e Fortalecimento Social:

Este eixo irá se focar nas atividades relacionadas à mobilização e organização dos moradores na pós-mudança. Tendo como objetivo a adaptação da nova realidade das famílias. A comunidade será estimulada a continuar o trabalho de interação, que se iniciou na pré-ocupação, podendo manter ou selecionar novos representantes.

As atividades de mobilização, organização e fortalecimento social que serão efetivadas deverão seguir os seguintes escopos:

➤ Visitas Domiciliares às famílias

A visita domiciliar será utilizada como um instrumento técnico-metodológico, para facilitar a aproximação do profissional à nova realidade dos atendidos.

Por este instrumento não ter um caráter formal, os beneficiados expõe com mais facilidades as dificuldades que vivenciam e o Assistente Social pode intervir com mais eficácia, informando e orientando os caminhos que o usuário possa desconhecer para acessar os seus direitos.

Desta forma a intervenção proporcionará uma coleta de dados mais eficaz, facilitando criar um plano de intervenção próximo à realidade que se insere nos conjuntos.

➤ Plantão Social

O Plantão Social ocorrerá semanalmente, este é um meio pelo qual o Técnico Social poderá realizar uma triagem e seleção de demandas para a intervenção direta do pós-ocupação, buscando assim dar transparência as atividades profissionais na operação do projeto, e molda-las melhor na realidade apresentada.

➤ Assembleia com as famílias:

Está reunião ocorrerá em dois momentos, o primeiro com intuito de informar sobre o projeto de trabalho social, e a necessidade de participação dos moradores visando elucidar o que ocorrerá durante a intervenção no conjunto, o segundo momento será para informar o que ocorreu durante toda a intervenção

nos conjuntos, os resultados das atividades, e fechar assim o projeto de pós-ocupação.

➤ Oficinas de Cidadania:

Deverão ocorrer de forma sistemática, sendo assim, atendendo mensalmente um dos conjuntos, com quatro oficinas, visando ter um número menor de participantes, para melhor elucidação e efetivação da proposta. Estas oficinas deverão ser dinâmicas, abordando temas sobre direitos, deveres e cidadania, com os moradores das unidades habitacionais, objetivando inseri-los em sua nova realidade, não mais aquém da sociedade.

➤ Reuniões sobre convivência

Com intuito de mediar conflitos no conjunto, a equipe técnica ministrará reuniões mensais sobre convivência em loteamento verticalizado, tendo em vista a historicidade das famílias que antes residiam em sua grande maioria moradias insalubres e precárias.

EAP - Educação Ambiental e Patrimonial

Este eixo irá se focar nas atividades relacionadas à educação ambiental e patrimonial. Objetivando a adequação da nova realidade das famílias, este eixo terá uma grande funcionalidade no andamento do projeto, devido ao fato do local a qual parcela dos beneficiários estavam inseridos, ser uma área de ocupação irregular no talude do antigo “lixão” municipal.

As atividades de educação ambiental e patrimonial que serão efetivadas deverão seguir os seguintes escopos:

➤ Reuniões Temáticas sobre Uso da Água

Esta atividade terá como funcionalidade orientar os moradores sobre a utilização da água de forma consciente. Devendo englobar não somente o efeito do consumo em âmbito econômico, mas também referendar o impacto ambiental como um todo, tendo como resultado um reflexo positivo nos aspectos financeiros e ambientais.

➤ Reuniões Temáticas sobre Uso de Energia Elétrica



A atividade terá como objetividade nortear os moradores sobre o uso da energia elétrica de forma plena. Tendo como diretrizes não somente o efeito do consumo na esfera econômica, também devendo referendar o impacto ambiental na vida da comunidade, como resultado poderá causar um reflexo prosaico nos aspectos financeiros e ambientais.

➤ Realizar oficinas sobre o Lixo (coleta e reciclagem)

Com o objetivo de orientar as famílias sobre o descarte de seus resíduos, deverão ocorrer oficinas focadas com a temática do lixo, não somente com formas adequadas de dispensa do mesmo, mas também no reaproveitamento de materiais possíveis. O fator econômico deverá ser abordado também nas oficinas, tendo vista a economia que pode ser gerada com a reciclagem de materiais, mas também a geração de renda com o reaproveitamento do mesmo.

➤ Reuniões de Esclarecimentos sobre Uso e Ocupação

Possuindo o escopo de auxiliar no entendimento da nova realidade onde eles moram, estas reuniões deverão orientar sobre o uso das áreas comuns dos conjuntos, das áreas verdes, dos estacionamentos, das áreas de lazer infantil, do centro comunitário e de qualquer espaço que seja de área de utilização de todos, dentro do próprio conjunto ou de utilização da comunidade em geral.

DeS - Desenvolvimento Socioeconômico.

Este eixo irá se focar nas atividades relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico, objetivando o crescimento das famílias para a nova realidade onde a informalidade econômica de gastos mensais deixou de existir. Uma das principais problemáticas encontradas no diagnóstico dos beneficiários foi o alto índice de desemprego dos responsáveis familiares, sendo assim a principal dificuldade a ser enfrentada para a manutenção dos moradores no condomínio.

As atividades de desenvolvimento socioeconômico que serão efetivadas deverão seguir os seguintes escopos:

➤ Oficina sobre Empreendedorismo

As oficinas deverão fomentar o processo de iniciativa de geração de renda e suplementar o espírito empreendedor dos beneficiários, podendo ser para

atividades individuais ou de cooperativas, mas tendo foco em soluções práticas e usuais para que sejam saídas duradoras e não momentânea.

➤ **Oficina de Capacitação Profissional**

Estas oficinas têm como intuito qualificar os moradores que desejarem para o mercado profissional, a capacitação deverá ser embasada em atividades usuais da região, observando o mercado de trabalho local, e tendo como diretrizes básicas soluções práticas para que o objetivo de melhora da qualidade de vida dos beneficiários seja alcançado.

➤ **Reuniões de Desenvolvimento Socioeconômico**

Reuniões com os conjuntos para entender quais atividades de desenvolvimento socioeconômico seriam as de interesse comum, promovendo uma maior participação e adesão. As reuniões deverão repassar informações sobre inscrições e encaminhamentos para cursos de capacitação.

➤ **Articular com parceiros para a capacitação dos grupos produtivos**

A empresa deverá articular parcerias com instituições diversas, para a capacitação dos moradores, desta forma ampliando o leque de possibilidades para o desenvolvimento das famílias.

Avaliação e Monitoramento

Mensalmente a empresa deverá realizar uma avaliação, propendendo monitorar sua ação nos conjuntos, será realizado através de elaboração de relatório mensal, desenvolvidos pela equipe técnica social, visando avaliar cada etapa, tendo em vista os objetivos apresentados neste projeto. Os mecanismos utilizados serão a captura de dados por meio empírico, documental e fotográfico.

Para apresentação de uma análise crítica dos resultados, reuniões com intuito de avaliar e mensurar o andamento do projeto ocorrerá em parceria empresa/prefeitura, sendo assim caso algo esteja discrepante da necessidade ou do desejado haverá tempo hábil para reformulação.

Gestão Condominial



A Portaria 21 preconiza que a gestão condominial deverá ser ministrada por ações específicas do Trabalho Social, porém, dadas as suas especificidades, uma empresa especializada, contratada por meio de processo licitatório específico o valor financeiro será através de repasse Federal, por intermédio de convênio firmado com o Ministério das Cidades, tendo a Caixa Econômica Federal como agente fiscalizador e intermediária dos repasses, o projeto tem previsão de duração de 12 meses.

A empresa ganhadora da licitação tem como competência organizar e realizar a eleição do síndico, subsíndico e conselho fiscal após a assinatura do contrato com as devidas formalidades legais, proceder com inscrição do CNPJ na Receita Federal e abertura de conta no nome do Condomínio.

Ela necessitará ministrar atividades de capacitação de liderança, associativismo e gestão condominial para o Síndico, Sub Síndico e Conselho Fiscal, também realizar reuniões periódicas com o corpo diretivo para orientação na gestão da área, de forma integrada (elaboração de atas e pautas, realização de assembleias, reuniões de prestação de contas, etc).

Os Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Regime de Execução estão em anexo a este projeto, o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST será terceirizado, vide anexos.

São Vicente, 20 de Junho de 2016.

Assistente Social
Bruno Rodrigues
CRESS 41.182